

Para separar e unir: o espaço na globalização

TERESA ISENBURG

Habitualmente, as ciências humanas tendem a levar em consideração a sucessão dos eventos no tempo; isso vale para a história e também, em boa parte, para a sociologia. Ao contrário, a geografia e, em particular, aquela parte dela que não pesquisa os aspectos físicos dos fenômenos, mas precisamente os humanos, se ocupa do espaço do ponto de vista teórico e metodológico, e, sobretudo, das relações entre sujeitos, entre atores, entre protagonistas (que podem ser animados ou inanimados); as conseqüências de tais relações, não somente verticais mas também horizontais, são a produção do espaço e dos espaços. O espaço possui essa característica intrínseca: de se apresentar bifronte como Jano, a divindade italiana antiga. Ele pode ser abstrato, teórico: o espaço da física, por exemplo, ou o espaço homogêneo ou tornado homogêneo, isto é, intercambiável, como aquele produzido (eis o elemento produtivo que retorna) pela cartografia, que possui, especialmente a partir dos séculos XVII-XVIII, um papel altamente normativo. Mas o espaço pode ser, e é, material, físico, e portanto concreto e diferenciado, constituído por solo, vegetação, manufaturados, fluxos, homens que, interagindo uns com outros, ou ao longo de percursos paralelos, produzem espaços, lugares, territórios. A terminologia que se utiliza nesse ramo do saber pode ser muito diversificada e qualquer termo — conforme alguns estudiosos — possui um preciso significado. Pessoalmente, considero que o espaço sintetiza e indica, com suficiente precisão e, ao mesmo tempo, com uma margem de indeterminação fecunda, um processo de produção rigorosamente diferenciado no tempo e no espaço, portanto historicamente determinado e social. Por causa disso, esse processo muda segundo os momentos e os lugares, e hoje é uma das componentes não-secundárias da assim chamada globalização. Em particular, no momento atual, o conjunto de relações que, ao se entrelaçarem e se influenciarem mutuamente, produzem o espaço hierarquicamente predominante nos processos de decisão, agem no interior de um contexto. Esse contexto tem, como referência, uma escala planetária e não uma escala lo-

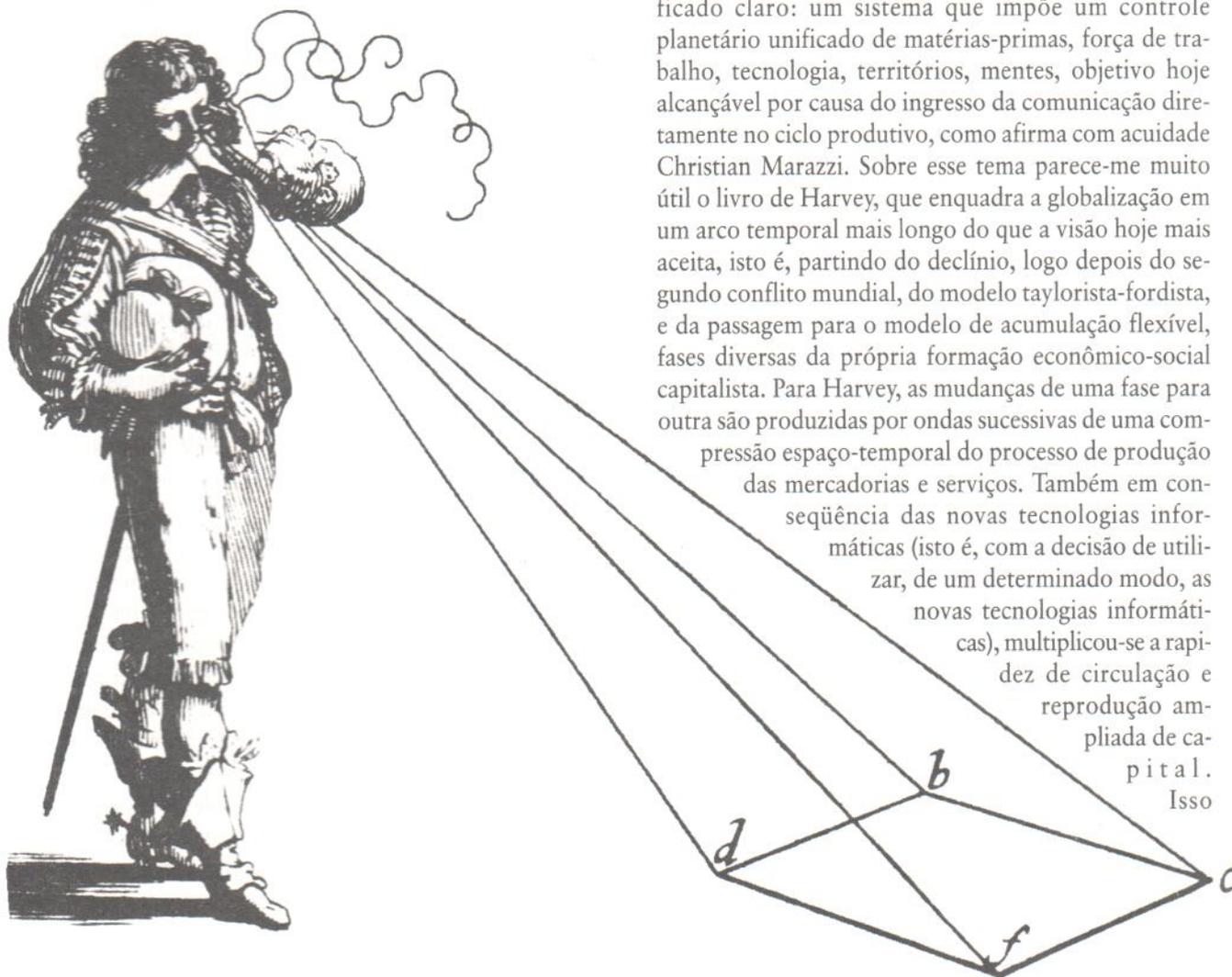
cal ou regional, como acontecia ao contrário em outras épocas. Dos dois lados que formam o espaço (o abstrato/homogêneo e o material/diferenciado) o que tende a ter clara preponderância é o primeiro, cuja finalidade é tornar perfeitamente intercambiáveis, isto é, indiferenciados, todos os pontos do planeta. Poderia-se dizer que há o objetivo de transferir na realidade material o equívoco de fundo do preconceito cartográfico: isto é, o de confundir a representação da coisa com a própria coisa.

O espaço sintetiza e indica,
com suficiente precisão e, ao
mesmo tempo, com uma
margem de indeterminação
fecunda, um processo de
produção rigorosamente
diferenciado no tempo e no
espaço, portanto
historicamente determinado e
social.

Como referências bibliográficas sobre o tema do espaço limito-me a mencionar dois textos de grande importância: um de Henri Lefebvre, e o outro de David Harvey. Hoje é muito difícil dar referências bibliográficas. Trinta anos atrás, quando comecei a trabalhar no campo da pesquisa, era mais ou menos possível ter um panorama internacional dos estudos de geografia humana (eu me ocupo dela, mas acredito que essa reflexão pode ser aplicada também a outros campos), isto é, um estudioso tinha possibilidade de conhecer as pesquisas significativas, as revistas interessantes, os geógrafos inovadores, etc., de quase todos os países. Digamos que sabia quem eram (os nomes), o que faziam (os conteúdos), quais linhas seguiam (os métodos). E nas bibliotecas científicas de um centro médio de pesquisa se encontravam, em linha geral, os

* Tradução de Giovanni Menegóz.

textos necessários. Hoje isso não é mais assim: não somente porque houve um aumento quantitativo exponencial das páginas escritas, mas também porque aconteceu uma mudança de fundo. Isto é, passou-se de um paradigma internacional para um paradigma global; os instrumentos bibliográficos selecionam a leitura de modo homogêneo, o sistema de traduções é muito excludente, os currículos de formação universitária são achatados para modelos uniformes e, pelo menos formalmente, intercambiáveis. É um processo que diz respeito não somente ao campo científico, mas ao conjunto da produção escrita, como se pode notar entrando em qualquer livraria onde, em qualquer latitude do planeta, se encontram os mesmos *best sellers* (onde, naturalmente, o acento cai mais no segundo termo do que no primeiro). As referências bibliográficas se tornam, portanto, complicadas. Já é muito comum, entre outras coisas, o estudo de realidades locais através da bibliografia de um terceiro país: por exemplo, a Amazônia tornou-se conhecida no mundo na esteira de títulos em grande parte norte-americanos ou alemães.



O mesmo vale para a Itália, onde muitos dos estudos sociológicos sobre o *Mezzogiorno* são norte-americanos em busca de um ganho metodológico sobre a produção nacional. E a Internet não reduz essa concentração excludente, aliás, graças ao multiplicador tecnológico, a exaspera. Lembro essa referência metodológica à bibliografia porque é um ponto bom de acesso à questão da globalização.

No contexto da globalização, na área da pesquisa, passou-se, então, de uma análise internacional, que estudava as relações entre sujeitos, nas trocas, comparações e confrontações, para uma análise global que enxerga o globo como uma unidade única, homogênea, indiferenciada, intercambiável em suas partes. Em um certo sentido, repete-se hoje o que aconteceu em nível cartográfico, a partir do século XVII, com a aplicação da perspectiva e da malha geométrica: olha-se (e manipula-se) o globo observando-o de um ponto externo e considerando-o uma unidade monolítica flexível, mas indiferenciável. Aceitamos por enquanto o termo de globalização como algo adquirido e de significado claro: um sistema que impõe um controle planetário unificado de matérias-primas, força de trabalho, tecnologia, territórios, mentes, objetivo hoje alcançável por causa do ingresso da comunicação diretamente no ciclo produtivo, como afirma com acuidade Christian Marazzi. Sobre esse tema parece-me muito útil o livro de Harvey, que enquadra a globalização em um arco temporal mais longo do que a visão hoje mais aceita, isto é, partindo do declínio, logo depois do segundo conflito mundial, do modelo taylorista-fordista, e da passagem para o modelo de acumulação flexível, fases diversas da própria formação econômico-social capitalista. Para Harvey, as mudanças de uma fase para outra são produzidas por ondas sucessivas de uma compressão espaço-temporal do processo de produção das mercadorias e serviços. Também em consequência das novas tecnologias informáticas (isto é, com a decisão de utilizar, de um determinado modo, as novas tecnologias informáticas), multiplicou-se a rapidez de circulação e reprodução ampliada de capital. Isso

ativou um processo de compressão espaço-temporal que atingiu o ciclo de produção e, em consequência, o dos consumos, ou melhor, o da vida média das mercadorias (inclusive o lixo que é feito de mercadorias não-portadoras de valor de troca realizável a curto prazo, como escreveu Guido Viale em suas bonitas páginas).

No contexto da globalização, na área da pesquisa, passou-se, então, de uma análise internacional, que estudava as relações entre sujeitos, nas trocas, comparações e confrontações, para uma análise global que enxerga o globo como uma unidade única, homogênea, indiferenciada, intercambiável em suas partes.

Uma das frases banais que acompanham o conceito de globalização é a anulação do tempo através da anulação do espaço. Essa frase indica a possibilidade de agir em tempo real através de alguma forma de ubiqüidade. Dois anos atrás, durante a apresentação do relatório do Fundo Monetário Internacional, o relator falou do fim da geografia, entendendo com essa expressão o conseguimento do esmagamento completo do espaço. Eu não sei se a expressão teatral do funcionário era verdadeira. O que quero sublinhar é que hoje o espaço, socialmente produzido, é um dos elementos centrais, estratégicos, da globalização, que alguns querem construir na esteira de um projeto de onipotência não temporal (o fim da história) e não espacial (o cancelamento do espaço).

Por longo tempo, muitos elementos das relações sociais se organizaram e fortaleceram graças à possibilidade de integrar áreas adicionais no interior de determinadas formações econômico-sociais: um exemplo é o colonialismo. Essa ampliação se deu tanto nas sociedades de regime antigo, no período do colonialismo escravista (1500-1815), como no colonialismo que se sucedeu à ruptura das guerras napoleônicas. No seu

término, as lutas pela independência privaram as potências européias de sua ramificação latino-americana, após a perda precedente, muito dolorosa para o Reino Unido, do território norte-americano. A primeira colônia oficial deste segundo ciclo foi a Argélia, anexada à França em 1830. Mas também mais recentemente, ou em um horizonte diferente, o crescimento da produção agrícola dos últimos dois séculos deu-se tanto em consequência das novas tecnologias mecânicas e químicas, como da ampliação dos solos submetidos ao cultivo. Mais ainda: a multiplicação exponencial da produção industrial tem sido possível com a transferência para o interior do ciclo produtivo de porções crescentes de ecossistemas sob a forma de matérias-primas e recursos limitados como água e solo. Hoje, no processo econômico, o espaço global terminou: não há mais regiões que possam ser conquistadas como colônias porque todas as terras estão divididas em estados nacionais (com exceção feita pelo continente Antártico); não há mais terras em condições de ser agregadas às cultiváveis; não há matérias-primas agregáveis àquelas que, de maneira já bastante excessiva, retiramos de suas sedes naturais. Chegou-se ao limite. A fronteira, que por muito tempo e sob diversas denominações desempenhou um papel territorial, conceptual e ideológico tão importante no mundo ocidental, exauriu-se e acabou; ela tinha assegurado a este, nos séculos passados, uma extraordinária elasticidade. Hoje, ao contrário, existem limites rígidos e, provavelmente, esse elemento tem desempenhado um papel não-secundário na globalização; o mundo ocidental, não dispendo mais de uma margem móvel na qual possa se estender ou se contrair, com fluxos e refluxos conforme as necessidades conjunturais, escolheu e passou a praticar o caminho do domínio global, que porém carrega em si uma contradição grave que é a rigidez e a finitude, não conciliáveis com um modelo de tipo cumulativo.

Voltemos à globalização e à afirmação de que ela comporta a anulação do tempo por meio da anulação do espaço, e que isso significa o fim da geografia, isto é, o fim da função estratégica do espaço como sistema de relações, este último reduzido hoje à pura abstração homogênea. É sobre esse ponto que quero me deter para dizer que hoje o espaço (sua produção social) é, ao contrário, um dos pontos não resolvidos da globalização: com efeito, ele entra no processo de globalização de maneira consubstancial, como o trabalho nas mercadorias, e abre contradições. Para dar corpo a esta afirmação, que pode parecer genérica, vou me referir a um tema clássico da geografia: separar e unir.

O espaço, socialmente
produzido, é um dos
elementos centrais,
estratégicos, da globalização.

Quais são os elementos de fundo, característicos do corte territorial? Nos últimos 150/200 anos a sua forma dominante é a que levou à formação dos assim chamados Estados nacionais. Aliás, boa parte do fundamento teórico da geografia contemporânea gira precisamente em volta desse processo. Penso sobretudo em dois dos mais importantes fundadores da geografia do século XIX, os alemães Friedrich Ratzel e Karl Ritter, mas também no terceiro protagonista daquela época cultural, Alexander von Humboldt, nascido em meados do séc. XVIII. Hoje, a imagem mental prevaiente de corte territorial em cada um de nós ainda remonta às identidades estatais, às quais acrescentamos, própria ou impropriamente, o termo nacional. Na realidade, este segundo atributo, este adjetivo (nacional/nação) passa a se flanquear e fortalecer sobretudo a partir da segunda metade do século passado, dando um conteúdo ideológico (pátria) a um termo que precedentemente tinha um significado muito mais sóbrio e fatural. E é interessante notar que a idéia de Estado nacional/pátria se desenvolve e se fortalece na Europa precisamente paralela à segunda intervenção colonial. Enquanto na expansão colonial escravista (século XVI até início do século XIX) em todos os documentos oficiais se fala de metrópole e colônia, na intervenção colonial do Oitocentos e do Novecentos os termos empregados são mãe-pátria e colônia. De qualquer modo, na segunda metade do século XIX desenvolve-se aquela construção ideológico-territorial que leva os Estados nacionais à sua formação física onde não existem (por exemplo, Itália e Japão), ou ao seu fortalecimento coesivo interno onde existem: por exemplo, Estados Unidos da América, nos quais, para esse fim, jogam um papel importante a ideologia da fronteira e do cadiño, o *melting point*. A Primeira Guerra Mundial fixou sobre o papel uma série de Estados nacionais/pátrias, com a grande exceção do império russo que se tornará URSS como união política de elementos compostos.

Uma reflexão específica diz respeito ao Brasil. Sobre isso, naturalmente, os estudiosos brasileiros têm maior competência do que eu. Todavia, como observadora externa, sempre me impressiona a coesão do Brasil: superadas as comoções separatistas iniciais dos primei-

ros decênios do Oitocentos, o Brasil não sofreu pressões centrífugas. Nesse sentido, ele parece ser uma nação sólida; mais difícil é dizer até que ponto tenha sido um Estado. O fato de que na segunda metade do Oitocentos e na primeira metade do Novecentos tenham prevalecido os Estados nacionais chamados pátria é uma reflexão longa e complexa sobre a qual nos últimos anos tem se multiplicado a bibliografia em coincidência da crise dos últimos 4 ou 5 lustros daquele modelo. Entretanto, vale a pena colocar em evidência que a força do próprio modelo foi enorme, a ponto de levar à descolonização da África onde — a partir de 1950/1960 — surgiram Estados nacionais/pátrias totalmente estranhos à identidade daquele continente, com todas as consequências desestruturadoras que isso comportou.

Como observadora externa,
sempre me impressiona a
coesão do Brasil. Nesse
sentido, ele parece ser uma
nação sólida; mais difícil é
dizer até que ponto tenha sido
um Estado.

O que me interessa, todavia, sublinhar agora é que o modelo Estado nação/pátria, tanto em sua vertente territorial (dimensão/concentração/homogeneização interna) como em sua vertente ideológica (comunidade/comunhão de objetivos de um determinado grupo, em grau de se comunicar facilmente com base em um código comum lingüístico e/ou religioso, com exclusão tácita das minorias), se adaptou como uma luva ao modelo produtivo da acumulação fordista-taylorista. Qual a relação de reciprocidade que houve entre esses dois elementos? A resposta não é óbvia. Intuitivamente, eu diria que o elemento estrutural (a acumulação) determinou o elemento superestrutural (o Estado), mas, na realidade, a defasagem temporal nega isso. E a respeito disso certamente ajuda a reflexão de Antonio Gramsci. Tomo portanto como elemento de referência real o fato de que o Estado nação/pátria e o fordismo-taylorismo têm tido uma influência sinérgica recíproca; o Estado nacional e patriótico, unido à acumulação fordista-taylorista e ao movimento operário urbano-industrial organizado, constituíram estruturas fortes e poderosas que garantiram uma expansão econômica

enorme entre 1914 e 1970. Também sobre esse ponto não me detenho: me remeto a Harvey, a Alain Touraine e à ampla bibliografia a respeito.

O conjunto dos Estados nacionais, fortemente determinados pelo papel da acumulação fordista, formava — desde o início dos anos 70 — o quadro internacional, isto é, o quadro de realidades diferenciadas e interativas, em relação entre si. O bipolarismo da guerra fria não mudava o significado profundo desse quadro. A divisão fundamental do espaço, a escala de referência da produção social do espaço era o Estado. Hoje, não é mais assim. A crise do Estado nacional é intrínseca à globalização: a passagem da acumulação fordista para a acumulação flexível comporta, em seu código genético, a ausência do Estado, cujo papel era fundamental como ponte entre a grande fábrica moderna e os trabalhadores industriais estavelmente ocupados. A acumulação fordista precisava do Estado nacional patriótico. Ele garantia a estabilidade da porção *skilled*, qualificada, da classe operária, dando a ela garantias sociais e, ao mesmo tempo, dando ao setor produtivo uma forte sustentação infra-estrutural. A acumulação flexível tem no Estado um adversário e, portanto, tende a desestruturar essa estrutura. Os exemplos recentes são numerosos. Assiste-se ao desmembramento real dos Estados lá onde se manifestam elementos particulares de fraqueza: é o caso das uniões e desuniões fortemente condicionadas por interesses externos, como na Etiópia e Eritreia, ou das situações complexas mas integradas, como na ex-Iugoslávia, ou das realidades etnicamente poliédricas, economicamente fracas e em posições estratégicas, como o mosaico do Cáucaso. Mas as pressões separatistas perfilam-se também em contextos considerados consolidados, como na Itália. O fenômeno político, de tipo regional, da Liga (padana, veneta, Norte, etc.) traduz em tosca organização política o desejo dos setores economicamente organizados localmente e mais próximos ao mito da concorrência total de se libertar de qualquer controle. Mais uma vez o Brasil é uma exceção que demonstra união e coesão também em relação ao quadro latino-americano.

Na pressão pelo arrombamento das unidades estatais, desempenha um papel não-secundário a reproposição de cenários bélicos difusos que pensávamos ter relegado ao passado: sopra, em todo lugar, um vento de guerra combatida, até porque após o fim da guerra fria e do equilíbrio do terror a prática militar oferece a possibilidade de experimentar as armas na prática, com metodologias menos custosas e mais “realistas” do que em laboratório. Naturalmente, por trás

Mais uma vez o Brasil é uma exceção que demonstra união e coesão também em relação ao quadro latino-americano.

dos combates há um longo trabalho de preparação que tem seu ponto cardeal na venda e na comercialização ilegais de armas, promovidas de todas as formas pelos produtores, ministérios de países poderosos, criminalidades, setores fora de controle dos serviços de inteligência, etc. Guerras planejadas, desejadas, preparadas e sustentadas são um instrumento de trabalho importante para jogar com uma nova divisão do espaço.

Todavia, o desmembramento territorial dos Estados é um fato extremamente raro. Mas, vice-versa, está generalizado, em todas as situações, o desmoronamento da responsabilidade do Estado com relação aos serviços sociais e previdenciários, ou a sua inoperância nos contextos onde são inexistentes ou fracos. Busca-se minar aquele conjunto de funções conquistadas através das lutas sindicais e sociais, presentes em todos os países a partir da segunda metade do séc. XIX, que tinha introduzido elementos de equidade e igualdade. Com efeito, uma das características profundas do modelo de globalização é a de recusar qualquer projeto de justiça social e acentuar os desníveis entre quem tem e quem não tem, entre ricos e pobres, entre incluídos e excluídos; isto é, de ser, em primeiro lugar, um modelo excludente. Entre as escolhas que levaram para o quadro atual, um papel central cabe ao poder sempre maior do setor financeiro, que faz dos fundos de pensão e fundos de investimento um dos pontos fortes da drenagem de capital; precisamente a financeirização exasperada da economia, que transfere grandes quantidades de trabalho vivo em direção a rápida acumulação ampliada de tipo especulativo, é uma das causas de instabilidade que se manifesta nas contínuas crises regionais brutais e também na contração estrutural dos postos de trabalho, isto é, no desemprego de massa. Tudo isso mina desde o interior as relações políticas, prejudicando e empobrecendo os fundamentos da democracia representativa e do pacto constitucional que, em praticamente todos os lugares, constitui seu pressuposto. Temas sobre os quais são de grande ajuda as páginas de François Chesnais, os estudos de Charles Tilly, como também o belíssimo livro de Paul Bairoch. Esclarecedoras como sempre são as páginas de Samir Amin.

No que diz respeito às dimensões menores, os teóricos da globalização afirmam, com uma falsa ideologia, que o espaço é homogêneo e produz identidades intercambiáveis que se tornam concorrentes entre si dentro de um quadro mundial: cada porção de território passa a ser submetida individualmente à concorrência de todos os outros lugares possíveis em um processo de redefinição e instabilidade contínuas. Por exemplo, no Brasil, no Estado de São Paulo, o município de Águas de São Pedro entrou em concorrência com o de Bertiooga para a implantação do circuito de prova da Honda; ou também, municípios do Nordeste ofereceram incentivos fiscais e garantias infra-estruturais para atrair a Fiat para instalar seus novos estabelecimentos naquela região em prejuízo de Betim, na periferia de Belo Horizonte. Na Itália, sob a égide do governo, no decorrer de 1997-1998, foram subscritos pactos territoriais. Com base nesses pactos, empreendedores, sindicatos e administrações locais são autorizados a realizar acordos que permitem contratos de trabalho em condições diversas em relação aos contratos nacionais de categorias, em áreas previamente delimitadas e de alto desemprego. Dessa forma, criam-se oásis salariais para as empresas, que permitem a certas regiões da Itália tornarem-se competitivas dentro da realidade do Sul do mundo. E os exemplos poderiam continuar. São todas situações nas quais os recursos espaço e território jogam um papel central. A acumulação flexível, portanto, exaspera a concorrência e leva cada lugar singular a se oferecer de forma concorrential com os demais. Há, aqui, um eco da fronteira: sendo que não há mais espaço global e “livre” em relação à tipologia econômica prevalecente (não em relação às populações nativas ou às comunidades locais que, geralmente, nunca foram tomadas em consideração), busca-se acrescentar vantagens particulares a segmentos individuais do espaço, freqüentemente cristalizando neles, sem mediações, gomos de natureza (água, luz, composição do solo, circulação do ar, etc.). Quando no Pelicano são expostas, como acontecia em 1996-1997, montanhas de confecções indonésias a baixo preço, naqueles produtos está presente, materializado sob forma de mercadoria, um pedaço da natureza indonésia (água, ar, terra) e trabalho infantil e feminino indonésios (sangue, olhos, mãos queimadas no *batik*). Volta à lembrança, como proposta política ainda válida, o que Antonio Gramsci escrevia a propósito do autogoverno dos produtores, como forma avançada de organização social em grau de conjugar satisfação das necessidades e relações políticas democráticas: uma hipótese antagônica ao contexto atual, digna de uma

nova reflexão. Com efeito, na passagem de uma economia orientada pelos vínculos da produção para outra dominada pelos pedidos de consumo, foram varridas as necessidades, substituídas pela liquidez, isto é, a capacidade monetária de compra.

Mas qual é a escala sobre a qual se manifesta a acumulação flexível se não é mais a do Estado-nação, como acontecia na acumulação fordista-taylorista? As escalas são duas: a escala local-micro e a escala regional-macro.

No que diz respeito à escala dos grandes espaços regionais, estes estão atualmente em fase de multiplicação e agregação. É suficiente lembrar o Mercosul, a União Européia, o Nafta. Fala-se deles sobretudo pela importância econômica, mas sua função é eminentemente política, na medida em que sua elasticidade nasce também do fato de que não possuem em seu interior o pacto político que está nos fundamentos dos Estados, isto é, a constituição; um pacto que geralmente coloca objetivos sociais ligados à equidade e a elementos igualitários.

Há uma terceira tipologia espacial que se fortaleceu em coincidência com a atual fase econômico-política: é a das economias ilegais. Hoje pode-se dizer que a economia está dividida em dois setores: o legal, relacionado ao respeito da função normativa do Estado; e o ilegal, forma extrema de concorrência, levada às últimas conseqüências no contexto da liberalização. O fecho de correr, a junta principal dos dois setores é o sistema financeiro. O espaço das economias ilegais é muito importante porque, nele, a reprodução ampliada de capital alcança seus níveis máximos tanto na rapidez como na lucratividade. Não quero, neste texto, falar da produção do espaço por parte da economia ilegal, que foge à questão específica de separar e unir o próprio espaço e que busco enfrentar nestas páginas; quero somente chamar a atenção de maneira sucinta para algumas realidades nas quais se encontram a ilegalidade (e, muitas vezes, criminalidade) e o papel estratégico da dimensão espacial. Penso na rede dos paraísos fiscais, nos lugares escondidos dos

lançamentos abusivos ligados ao tráfico de lixo, sobretudo tóxicos, nas extensões vastas ocupadas por cultivos voltados para o processamento de substâncias psicotrópicas vegetais. Também nesses casos, de toda forma, encontra-se um elemento ao qual já referimos: um modo sem escrúpulos de usar o recurso espaço fortalece a possibilidade de se construir relações que se autolegitimam com regras fora do que é a essência do Estado, isto é, o pacto constitucional. Diferentemente do que defendia o funcionário do Fundo Monetário Internacional, a geografia continua a existir, a produção social do espaço é expressão qualificante de um grupo humano, as relações que o definem têm muito a ver com os fundamentos democráticos que regem uma sociedade.

BIBLIOGRAFIA

AMIN, S. *Il capitalismo nell'era della globalizzazione*. Trieste, 1997.

BAIROCH, P. *Victoires et déboires. Histoire économique et sociale du monde du XVI siècle à nos jours*. Paris, 1997.

CHESNAIS, F. *La mondialisation du capital*. Paris, 1996.

HARVEY, D. *La crisi della modernità*. Milão, 1993.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris, 1974.

MARAZZI, C. *Il posto dei calzini*. Bellinzona, 1995.

SAULNOY, M. & LE BONNIEC Y., *À qui profite la cocaine*. Paris, 1992.

TILLY, C. *L'oro e la spada*. Florença, 1993.

VIALE, G. *Un mondo usa e getta. La civiltà dei rifiuti e i rifiuti della civiltà*. Milão, 1994.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Le Monde Diplomatique. Paris.

Narcomafie. Turim.

